



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 01/2012

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
28.02.2012**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h20 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes substituições e faltas: -----

O Membro Jaime Bernardino Alves (PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo Membro suplente Manuela Manuela Peixoto Almeida (PSD).-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Anreade (PS), foi substituída pelo Tesoureiro Marco Manuel Ribeiro de Moura.-----

Faltou o Membro José Manuel Correia (PS),.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da Sessão realizada em 16 de Dezembro de 2011, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria (1 abstenção do membro Marco Manuel Ribeiro de Moura por não ter estado presente na sessão anterior)**.-----



B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS; -----

Foi remetido com antecedência a todos os membros, para conhecimento, o expediente recebido pela Mesa da Assembleia desde a realização da última sessão.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Foi tomado conhecimento.-----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPETIVA VOTAÇÃO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Jorge Cardoso Machado (PS) – A apresentou a seguinte Moção de Protesto, relativa ao assunto “Encerramento do Tribunal Judicial de Resende”:------

“ Atento às últimas notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, mormente no que concerne ao encerramento de Tribunais na sua maior parte em concelhos do interior do País onde se inclui o da nossa Comarca, não posso deixar de registar o meu mais veemente repúdio por mais este ato tresloucado do atual Governo da república já que é gerador de mais desigualdade e desertificação do interior do País. Os atos deste Governo que por serem cegos, assemelham-se aos de uma “toupeira”, apenas com uma diferença: enquanto este animal lavra no subsolo procurando fazer as suas maldades nos lugares mais pestilentos, este Governo lavra à superfície tendo como alvo privilegiado as zonas do País mais fragilizadas. Como disse há dias João Jardim em tom de desabafo: “Aqueles rapazinhos de Lisboa só sabem fazer corta, corta, corta”. Estou plenamente de acordo com este senhor e já agora, o meu desabafo vai no sentido de alertar a Sr^a Ministra da Justiça, Dr^a Paula Teixeira da Cruz de que pondere bem a sua intenção pois está a querer mexer com órgãos de primacial importância para as populações e como faço parte dessa população convido-a a ler além do artigo 20º que leia também com muita atenção o artigo 3º da CRP que diz o seguinte: “O Estado subordina-se à CRP e funda-se na legalidade democrática”. “A validade das leis e dos demais atos do Estado dependem da sua conformidade com a CRP”. Segundo esta interpretação estamos obviamente perante um ato não conforme à Constituição porque viola as garantias constitucionais, garantias estas que permitem aos cidadãos exigirem dos poderes públicos a proteção dos seus direitos e reconhecimento dos meios processuais adequados a essa finalidade, neste caso, o acesso sem obstáculos à justiça. A concretizar-se esta medida do Governo estaremos perante um atropelo à Lei Fundamental do País e conseqüentemente na presença de um retrocesso no Estado de Direito Democrático pondo em risco a própria democraticidade do País fazendo-nos retroceder à época Medieval.”-----

Colocada a moção a votação, **foi deliberado, por maioria (votos a favor da bancada do PS e votos contra da bancada do PSD), aprovar a mesma.**-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte declaração de voto:-

“Não está aqui em questão o objetivo maior da intervenção do autor da moção, mas apenas o teor



da mesma que fundamenta o sentido de voto da bancada do PSD, remetendo esta a sua posição clara e inequívoca em relação a este assunto para o ponto 4 do Período da Ordem do Dia.”.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte proposta:-----

“No final do mês de Janeiro o Governo lançou o Instituto do Território. Trata-se de uma nova entidade que agrega várias personalidades e universidades e que tem como principal missão, criar consensos nacionais em matérias como políticas urbanas, pensando o país de forma integrada. Nesse sentido, e de acordo com o Presidente nomeado, Dr. Rogério Gomes, o instituto estará profundamente comprometido com a causa do desenvolvimento territorial e canalizará muita da sua atenção para o problema do interior do país no que respeita ao desenvolvimento económico e fixação das suas populações, tendo como alavanca, o reforço do papel dos municípios. Trazemos este assunto a propósito da questão dum eventual extinção do tribunal de Resende e da importância dos serviços de proximidade em concelhos como o nosso. O nosso modelo de desenvolvimento local, assentou (também) durante décadas na gravitação em torno de serviços descentralizados do Estado. Não é um modelo que se deva protelar - temo-lo dito oportunamente - mas foi o que se instituiu e não podemos agora desmantelá-lo de forma extemporânea, sem que tenham sido criadas alternativas. Pelo exposto sinteticamente perante a complexidade da situação, esta bancada entende dever ouvir a opinião desta nova entidade, na certeza que, da sua emissão, poderá resultar um contributo avalizado a uma causa que, estamos certos, merece a união de todos. Sugere-se uma interpelação no teor da seguinte exposição: "Ex.mo Sr. Presidente do Instituto do Território, A recente criação do "Instituto do Território" é uma das recentes notícias que poderá deixar esperançado um futuro sustentado para as terras do interior, como o concelho de Resende no distrito de Viseu. Os objetivos e competências publicitados e o âmbito da ação da nova entidade a que Vossa Excelência preside, em particular no que ao interior diz respeito, fazem prever um contributo muito útil na procura de novos paradigmas de crescimento sustentado. De há muito que se verifica a ausência de uma estratégia nacional concertada para o desenvolvimento local. Sabemos como cresceram e se sedimentaram os nossos pequenos concelhos do interior do país. Em grande parte, como resultado da transferência da população do sector primário - em declínio - para o sector terciário, convergindo das aldeias para as sedes dos concelhos, para usufruir dos serviços que o Estado veio a deslocalizar. Este movimento, acompanhado pelo reforço do poder local que sustentou o (pseudo)modelo, criou as suas estruturas absorventes de emprego, geradoras de atividade comercial circunstancial e incipiente. Foi este o modelo que subsistiu e que de há muito dá sinais claros de falência (inevitável devido à sua fragilidade ou características de ciclo) reforçando a litoralização do país e esvaziando o interior de massa cinzenta, população ativa e oportunidades. Urge mudar o paradigma, ou melhor, criá-lo. Estaremos todos à partida de acordo. E o Instituto que Vossa Excelência preside poderá ter um papel determinante nesse desiderato. No entanto, é esta a nossa condição atual. Uma população quase em exclusivo refém da atividade dos serviços públicos e fortemente dependente da sua laboração. Por isso, a Vossa Excelência, uma questão que parece óbvia neste preciso momento e atual conjuntura: É legítimo desconstruir esta realidade sem ter, já, propostas e modelos de desenvolvimento claramente



definidos? É justo (oportuno, razoável, prudente...) a propósito de reformas administrativas (impostas ou não) começar a fechar serviços descentralizados e de proximidade nos concelhos do interior, como repartições públicas, tribunais, centros de saúde, sem nos terem (termos) preparados para isso? Vem (também) esta exposição e pergunta, a propósito do eventual encerramento do Tribunal de Comarca de Resende, que se conclui da análise do "Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária" promovido pela Direção-Geral da Administração Judiciária. (Mas podia também advir de outras reformas sectoriais...) Sendo Vossa Excelência, um dos principais pensadores e interlocutores no futuro do desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, estaremos convictos da partilha desta preocupação, pelo que apelamos à reflexão de Vossa Excelência sobre a real dimensão que deste tipo de situações pode surgir. Apelamos ainda a um contributo público de Vossa Excelência à discussão, na certeza da sua assertividade e oportunidade." É pois esta a exposição e interpelação que a bancada do Partido Social Democrata de Resende pretende elaborar e por razões óbvias, a partir do órgão de maior representatividade municipal, pelo que coloca desta forma o assunto a todos que se pretendam associar, através do voto favorável, na convicção que o assunto colhe a consensualidade.".....

Presidente da Câmara Municipal – Disse que não punha em causa a sinceridade das pessoas, mas que estamos a falar de um Instituto que está a dar os seus primeiros passos, cujo responsável, que não conhece mas que até pode admitir que seja um excelente pensador, na primeira entrevista que deu aos órgãos de comunicação social, uma das coisas que disse era que questionava a utilidade das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, pelo que entende que uma pessoa com este tipo de entendimentos e que certamente não será absolutamente independente, não será a melhor pessoa a quem entregar algo e que nós achamos que nos poderá ajudar em alguma coisa.-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Referiu, em complemento ao que disse o Senhor Presidente da Câmara, que se o parecer do Instituto do Território tivesse importância para a decisão do governo, o próprio governo tinha-lhe solicitado que se pronunciasse, o que não aconteceu. Nós é que nos temos de fazer ouvir perante o governo, opondo-nos às suas políticas de não desenvolvimento e de desinvestimento do interior, de que são exemplos as autarquias, através da extinção de freguesias, a extinção de tribunais e a revogação de benefícios fiscais. Tem sido tudo feito ao contrário e a este propósito o Senhor Arqº Paulo Moura, que gosta tanto de escrever missivas, tem aqui a oportunidade de fazer mais uma – já que há uns meses atrás agradeceu a cerca de 46% dos resendenses pelo voto em Passos Coelho que iria desenvolver o interior do País – e aproveitar para pedir desculpa a esses desiludidos.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Em relação ao que o Senhor Presidente da Câmara disse, entende que se está a confundir o pensamento do Presidente do Instituto do Território com a entidade a que o mesmo preside, que é muito mais alargada. Naturalmente que ao PSD parecia muito útil ouvir esta entidade, pelo que não o podendo fazer por esta via, fá-lo-á por outra forma, como contributo para a resolução deste e de outros problemas que eventualmente possam surgir, até porque se a este Instituto cabe regulamentar e fazer orientações no sentido do



desenvolvimento do interior do País, em oposição a algumas políticas setoriais determinadas pelos ministérios, parece-lhe que seria muito útil que no sentido da resolução deste ou de problemas deste género se pudesse ouvir o Instituto do Território através de uma comunicação da Assembleia Municipal, independentemente de os seus responsáveis já estarem ou não sentados nas suas cadeiras – facto que não será o mais importante para trazer aqui à discussão. Concluiu dizendo que em relação às considerações proferidas pelo líder da bancada do PS, não perderá tempo a tecer qualquer comentário.-----

Colocada a proposta a votação, **foi deliberado, por maioria (votos a contra da bancada do PS e votos a favor da bancada do PSD), reprovar a mesma.**-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte recomendação:-----

“Todos verificamos, até à exaustão, que os conteúdos do painel informativo ou ecrã panorâmico que se encontra instalado à entrada do jardim 25 de abril, se limita escandalosamente à propaganda do executivo. Por incrível que pareça, este executivo não entende outra utilização que não esta, limitando as potencialidades que o equipamento oferece. E uma dessas potencialidades seria colocar à disposição dos agentes comerciais sediados no concelho, a divulgação e promoção dos diversos serviços e produtos. Para esse efeito, poderá a câmara concessionar a gestão dos conteúdos a uma outra entidade, a título exemplificativo a Associação de Comerciantes de Resende, convencionando as condições - a preços meramente simbólicos - e salvaguardando o estritamente espaço necessário para publicidade institucional. Com esta medida, contribuiria assim o município para a visibilidade da atividade económica concelhia, sem prejuízo habitual do espaço de promoção da atividade camarária, que assim passaria até a ser vista com maior atenção.”.-----

Presidente da Câmara Municipal – Disse que admitia que o painel possa causar algum incómodo a algumas pessoas, todavia esclareceu que se trata de um painel institucional idêntico a tantos outros que existem noutras autarquias, não concorrendo naturalmente com quaisquer órgãos ou meios de comunicação social ou de marketing. O painel está pago e destina-se apenas à promoção institucional do concelho.-----

Arlindo Pinto de Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia de Resende – PS) – A propósito deste assunto reiterou as palavras do Senhor Presidente da Câmara, acrescentando que o painel tem de facto contribuído para a promoção do concelho.-----

Manuel Jorge Barbosa Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) – Disse também que o painel contribui decisivamente para a promoção do concelho, em especial tudo o que tem sido feito nos últimos 10 anos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Deu nota ao plenário que sendo o painel institucional e não apenas da câmara, sempre que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia ou a própria Assembleia Municipal necessitem de divulgar informação institucional, poderão fazê-lo no painel, aliás à semelhança do que já vêm fazendo algumas instituições do concelho e Juntas de Freguesia.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Entende existir aqui alguma confusão



porque na sua exposição, que foi sintética, não se disse que o modelo que sairia da proposta passaria da gestão da câmara para entrar no domínio concorrencial com outras entidades vocacionadas para estes serviços, razão pela qual se fala num modelo de concessão, sugerindo-se até que tal fosse feito através da Associação de Comerciantes de Resende, salvaguardando-se claramente que a publicidade institucional, para a qual o placar foi criado, se manteria, abrindo-se no entanto espaço à promoção da atividade comercial, que também é promoção do nosso município.-----

Colocada a recomendação a votação, **foi deliberado, por maioria (votos a contra da bancada do PS e votos a favor da bancada do PSD), reprovar a mesma.**-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS) – A propósito da recente publicação da proposta de lei que divulga algumas novidades relativamente à Reforma da Administração Autárquica, referiu que se partiu de uma situação exposta no Documento Verde para uma outra que se revela pior no que às nossas freguesias diz respeito, pois nesta proposta de lei o Governo revela toda a sua falta de coragem e demonstra que nesta, tal como em outras matérias, está a reformar por reformar. Revela falta de coragem porque transfere o ónus e a responsabilidade de uma tomada de decisão, que devia ser do Governo, para as Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais. Extingue automaticamente freguesias com menos de 150 habitantes, ao mesmo tempo que impõe a redução de 25% do total das nossas freguesias, tratando-nos de forma desigual e sendo incapaz de estabelecer outros critérios que evitem os transtornos sociais que esta imposição nos trará. Considera que a Assembleia Municipal de Resende deverá estar atenta, não embarcando em engodos impróprios para quem não comprou uma guerra.-----

Marco Jacinto de Almeida Matos (Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras – PS) – Também a propósito da Reforma da Administração Local, lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal apresentou um voto de protesto contra esta reforma, voto esse que foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Felgueiras. Quanto à proposta de lei que saiu recentemente e que acaba com a maior parte dos critérios estabelecidos no Documento Verde, entende que ainda é pior que a anterior e que no fundo o que o Governo quer é prejudicar a vida das autarquias locais, em particular as do interior do País. Terminou dando uma nota histórica quanto à imposição que poderá ser feita caso as Assembleias Municipais decidam não tomar qualquer posição: “Em 1868, na sequência de um brutal agravamento de impostos e da reforma do mapa das freguesias e dos concelhos, eclodiu no Porto a celebre revolta Janeirinha, que conduziu à queda do Governo em 4 de Janeiro.”-----

Arlindo Pinto de Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia de Resende – PS) – Ainda a propósito desta reforma, subscreveu as palavras proferidas anteriormente pelos seus colegas e criticou o comportamento do Governo relativamente ao facto de ao mesmo tempo transferir a responsabilidade da decisão para os órgãos autárquicos e avançar com a imposição da redução caso



não haja decisão por parte daqueles órgãos. Disse ainda que a eliminação das freguesias com menos de 150 habitantes revela falta de humanismo e constitui um grave atentado às populações, pois no nosso concelho tais freguesias são as mais afastadas da sede do concelho, em que as populações mais necessitam do Presidente da Junta para tratar de diversos assuntos.-----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Disse que à semelhança do que ocorreu na última sessão manifestava a sua solidariedade, enquanto líder da bancada do PS, aos seus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, reafirmando que a sua bancada é contra esta reforma da Administração Local, cujos critérios apesar de alterados continuam a não servir. -----

Arlindo Pinto de Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia de Resende – PS) – Manifestou a sua revolta com toda esta situação, não só como Presidente de Junta mas também com resendense aqui nascido e criado, uma vez que estão a tentar tirar tudo o que faz falta ao concelho de Resende.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção, relativa ao Empreendimento Turístico de Caldas de Aregos:-----

“Há cerca de um ano, foi esta assembleia confrontada com uma enorme expectativa alimentada pelo Sr. Presidente da Câmara, sobre a operação sob a forma de parceria público-privada que veio a lançar em concurso, para as termas de Caldas de Aregos. Não nos esgotaremos (a todos) e uma vez mais, aqui, a elencar todo o historial deste processo e a argumentação que esta bancada tem vindo de há muito a usar, a propósito do completo fracasso da estratégia definida pelo seu único responsável. Vem isto a propósito do conhecimento - através de outras vias e não, estranhamente, através da vinda do assunto a esta assembleia - de que o concurso do Empreendimento Turístico da Companhia das Águas ficou deserto, ou seja, não apareceu um único concorrente interessado em investir nos moldes definidos, não obstante até, as regras do jogo terem sido mudadas a meio do processo para irem de encontro às próprias pretensões dos consórcios candidatos. Também o Plano de Atividades da Companhia para 2012, não consagra uma única linha para a possibilidade da



operação ser retomada, ou melhor, de vir a ser uma realidade. Pelo que, realçando uma vez mais que foi o Sr. Presidente da Câmara que concentrou toda a "alavancagem económica do concelho de Resende, no empreendimento turístico de Caldas de Aregos" que nos diga agora e de forma inequívoca, se souber, o que pretende fazer em relação a este assunto, esperando que não se escude na sua resposta em aspectos procedimentais, à semelhança do que fez quando interpelado sobre o assunto pelo nosso vereador em reunião de Câmara, dizendo que " o processo seguirá, nos termos legais que vier à câmara" ou " que o clima económico é muito adverso (o que já se sabia)", pois isso será interpretado por todos, como a admissão de que não sabe o que fazer! Portanto, de forma clara, queira responder Sr Presidente da Câmara, que solução tem agora, para o problema que criou, e que possa apresentar a esta assembleia e aos Resendenses?".-----

Presidente da Câmara Municipal – Disse que naturalmente respondia às questões levantadas pelo líder da bancada do PSD, embora isso fosse difícil pelo facto do senhor Arqº Paulo Moura já ter um conjunto de preconceitos e de ideias que o "toldam" na sua maneira de apreciar aquilo que é um procedimento normal da administração e que não vai voltar a explicar o que está em causa em Caldas de Aregos. Não se trata aqui de nenhum fracasso, pois o processo continua em curso, existindo ainda investidores interessados com quem a autarquia continua a falar, apesar de existir um clima económico adverso. Lembrou que a concretização da operação do Parque Eólico demorou dois anos mas que foi feita com sucesso. Para um concelho que teve de esperar dezenas de anos, pela inépcia e pelo subaproveitamento, que trouxe enormes prejuízos por não sermos capazes de rentabilizar aquele recurso, naturalmente que perante um clima económico muito adverso – que este Governo tende a acentuar, porque não resolve por exemplo a questão do financiamento à economia – não será nenhuma desgraça se esta operação não for já concretizada, pois fá-la-emos com certeza. Sabe que isto incomoda muito aqueles que têm na política estrita a sua grande dose de preconceito relativamente aos outros, mas este processo foi de uma enorme transparência, conduzido por esta Assembleia, que teve acesso a documentos que atestam o interesse económico da operação, que só ainda não está concretizada por força da rápida degradação da situação económica do País, a qual tem colocado grandes constrangimentos ao nível do investimento, tanto ao setor público como ao privado. Continuam a existir operadores económicos que estão interessados, conjuntamente com a autarquia, em desenvolver o recurso, todavia não o faremos a qualquer preço. Lamenta que à falta de melhor, recorrentemente, se procure diminuir aquilo que é uma enorme oportunidade de desenvolvimento do concelho de Resende. Esclareceu ainda que a câmara nunca considerou que o recurso Caldas de Aregos era o último destino do concelho do ponto de vista económico, porque tem feito a promoção do concelho noutras áreas, como seja a área dos seus produtos tradicionais. De qualquer forma, ainda que a operação não esteja já realizada, o município já começou a ganhar, pois outros operadores privados, induzidos pelas expectativas criadas pela autarquia, começaram já a investir em Caldas de Aregos, como é exemplo a transformação de uma antiga pensão em hotel low cost. Entende que é sinal de pouca prudência falar antes do tempo e que registará as palavras do líder da bancada do PSD para o momento próprio. Estamos a recuperar muito do tempo perdido no



passado, o concelho tem bons argumentos, apesar de ter de fazer o seu percurso e independentemente de estarmos a passar por um momento social e económico menos favorável, pois a última coisa que o ouvirão dizer, porque não é isso que sente, é que nós não temos futuro na nossa terra. Mesmo com todas as maldades que nos querem fazer, nós, nos últimos dez anos somamos sempre. Concluiu dizendo que em muitos poucos meses querem tirar-nos muita coisa do que conseguimos, mas nem isso tirará o ânimo e a convicção ao Presidente da Câmara Municipal de Resende de que estamos numa terra com futuro.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que também percebe que o Presidente da Câmara fique desconfortável com este assunto, até porque foi ele, segundo se recorda numa entrevista a um jornal local, que classificou Caldas de Aregos como a “galinha dos ovos de ouro”, concentrando desta forma a expectativa do desenvolvimento económico no concelho apenas em Caldas de Aregos. Na intervenção que efetuou reportou-se a factos, perguntando em que situação estava o concurso e apenas deu nota de duas ou três situações que já tinha referido no ano passado, nomeadamente aquando do lançamento desta operação (e isto está registado em ata), como seja o facto de uma parceria público-privada no contexto económico existente não ser uma operação favorável (facto que o tempo veio a confirmar). Relativamente ao facto de continuarem a existir interessados, só os cabimenta dentro dos pressupostos legais do concurso, cujos modelos de desenvolvimento e de gestão foram definidos pelo Presidente da Câmara em conjunto com todos os parceiros que chamou ao processo.-----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o líder da bancada do PSD tem a obrigação de conhecer e de perceber todo o procedimento respeitante ao ajuste direto na sequência de um concurso deserto, ou seja, sabe que este processo não está encerrado do ponto de vista da contratação pública, pois o facto de não ter havido propostas não significa que o processo termine e que o senhor Arqº Paulo Moura foi convidado para estar presente numa reunião a fim de poder dar contributos ao processo antes da aprovação do mesmo, mas não compareceu. Concluiu dizendo que não aceita que se digam coisas em relação a Caldas de Aregos que não correspondam à realidade, pois felizmente, se nada mais tivesse acontecido em Caldas de Aregos, pelo menos emprego permanente já foi criado e a própria atividade termal adquiriu um carácter permanente, existindo agora um recurso que promove a atividade económica e é potenciador de gerar riqueza no concelho.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que gostaria que ficasse claro que tanto ele como os restantes membros da sua bancada defendem sempre em primeiro lugar os interesses de Resende e dos resendenses mesmo que contra as decisões do Governo, tendo dado já sinais disso, ao contrário do Presidente da Câmara em determinadas situações, como é o caso da deslocalização do Centro de Emprego de Lamego para Amarante, por causa da opção que tomou relativamente à Comissão Intermunicipal que decidiu integrar. Quanto aos moldes e programa do concurso do empreendimento de Caldas de Aregos, frisou que mesmo no caso de ajuste direto as regras terão de se conformar com aquelas que estão agora estabelecidas e questionou a razão pela qual em sede de concurso, num clima concorrencial, não aparece nenhuma proposta e se acha agora



que tal vai acontecer num ajuste direto em que as regras e moldes aplicáveis são os mesmos. Por último esclareceu, relativamente à alegada não comparência numa reunião para a qual havia sido convocado para dar dar contributos para o processo de Caldas de Aregos, que esteve presente numa reunião nos Paços do Município com a equipa que estava a preparar todo o processo, onde foi impedido de pelo próprio Presidente da Câmara de colocar questões, quando no final da sessão pretendia ver esclarecidas algumas situações. Passados alguns dias recebeu um telefonema para comparecer no próprio dia a uma outra reunião, onde estaria sozinho com a referida equipa, a fim de lhe serem prestados esclarecimentos. Por incompatibilidade de agenda não lhe foi possível estar presente (facto que transmitiu ao Chefe do GAP), mas mesmo que fosse nunca compareceria porque entende que o lugar apropriado para colocar questões é perante o plenário e em público e não nos bastidores dos gabinetes.-----

Foi tomado conhecimento. -----

C.2. OFICINA DE TEATRO EÇ' AGORA – PROJETO DE REGULAMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o projeto de regulamento da Oficina de Teatro Eç' AgorA; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.3. PRÉMIO EÇA DE QUEIRÓS – PROJETO DE REGULAMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o projeto de regulamento do prémio Eça de Queirós; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.4. PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE CONTRA A EXTINÇÃO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE RESENDE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para conhecimento e solicitando uma tomada de posição sobre o mesmo, uma proposta da autoria do Senhor Presidente da Câmara remetida pelo executivo camarário; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“A medida proposta pelo Governo PSD para a reformulação do mapa judiciário, onde se prevê o encerramento de vários tribunais no interior do país, incluindo o tribunal judicial de Resende, merece por parte da bancada do grupo parlamentar do PS um forte repúdio pelos motivos que também são expostos na proposta agora em análise. Por uma lado, pelas consequências que o encerramento do tribunal em Resende representa para a sociedade, para a qualificação do território e para a atividade



económica local, mormente para os nossos comerciantes e empresários: Por outro lado, pela criação de maiores obstáculos que quase impossibilitam o acesso à justiça por parte da maioria dos nossos concidadãos e ainda pelos fundamentos que são utilizados pela Senhora Ministra da Justiça, que conforme se demonstra cabalmente, facilmente caem por terra. O Governo PSD quer seguir assim o seu ímpeto reformista, ou melhor, destruidor, com prejuízos elevadíssimos para o interior do país, para os seus territórios e para as suas populações. Já não bastava a destruição do Estado Social, agora até nas soluções pilares do Estado, de direito democrático, este Governo pretende excluir o interior, seja através da extinção de freguesias e de tribunais ou no corte de benefícios fiscais, ficando assim prejudicada a competitividade destes territórios mais desfavorecidos, desconhecendo-se ainda o que ainda está para vir. Por isso, esta é uma luta de todos, sem exceção, na defesa dos nossos interesses, dos nossos territórios, do nosso potencial de crescimento e do progresso conquistado nos últimos anos com o suor de todos os resendenses, que com esta medida será seriamente colocado em causa. A bancada do PS manifesta assim o seu total apoio à proposta em discussão e igualmente a sua total disponibilidade para esta batalha, seja ao nível do trabalho político, seja ao nível do trabalho de sensibilização de toda a nossa comunidade contra o encerramento do nosso tribunal.”-----

Jorge Cardoso Machado (PS) – Referiu que apesar de já anteriormente de se ter pronunciado sobre esta matéria, não queria que deixasse de ficar registado que se trata aqui de um problema coletivo com o qual todos nos devemos preocupar.-----

Arlindo Pinto de Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia de Resende – PS) – Referiu que ainda tinha esperança que esta decisão de retirar o tribunal de Resende não vá para a frente e isto porque os pressupostos apresentados para tal decisão não se verificam em relação ao concelho de Resende, nomeadamente o edifício não é arrendado e o movimento de processos no tribunal é superior a 250 processos. Considera que esta decisão, a ser tomada, prejudicará gravemente toda a economia do concelho e em especial todo o movimento que atualmente existe na sede do concelho, para além de que irá onerar grandemente o acesso à justiça. Concluiu dizendo que a Junta de Freguesia de Resende está solidária com o Município e disponível para participar em todas as ações que o mesmo julgue pertinentes.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Se há assuntos em que as nossas vontades convergem, este será inequivocamente um deles. Ninguém poderá acusar o PSD de Resende de não ter manifestado a frontal oposição ao eventual encerramento do tribunal judicial de Resende. Fomos até a única força política partidária a fazê-lo, imediatamente após o anúncio dessa eventualidade. O município acompanhou essa posição em moldes genericamente semelhantes ao comunicado elaborado pelo PSD de Resende, facto de que oportunamente nos congratulamos. Temos vindo a diligenciar no sentido de inverter esta tendência, através de todos os canais que estão ao nosso alcance. Relembro até que veio a público manifestações de oposição a esta medida, pelos próprios deputados do PSD eleitos pelo círculo de Viseu, na sequência dos contactos que estabeleci que com eles estabeleci. Uma prova disto mesmo é que ainda há pouco apresentamos uma moção que demonstra a nossa preocupação e vontade de



solucionar o problema a contento das nossas populações. Não temos dúvidas que o município tudo também estará a fazer para que o encerramento do tribunal se concretize. (o mesmo não poderei dizer do Partido Socialista, que, além de nada ter feito quanto a esta problemática, ainda obstaculiza quem o quer fazer, votando contra a moção que se entende como muito importante) Estranhámos pois o teor, demasiado politizado, da proposta do executivo que vem a esta assembleia. Apesar de concordarmos com o objetivo pretendido com a proposta, não poderemos nunca subscrevê-la face as considerações nela inseridas. Tais considerações nunca poderiam ter lugar numa proposta do executivo, pois elas caracterizam um manifesto político partidário. Mais, as considerações são totalmente desprovidas de relevância e em nada contribuem para sensibilizar quem decide sobre a matéria. Julgamos, até, que tais considerações poderão colher efeito negativo junto do poder central. Trazer tão importante assunto desta forma, sabendo de antemão que tais considerações nunca seriam aceites por este partido, só pode ser enquadrado numa manigância de política básica de má-fé, incompatível com a elevação que de nós esperam os nossos municípios. Por forma a recentrar a questão no essencial, que não nos faz divergir, solicitamos a reformulação da proposta, expurgando-a das referidas considerações, a fim de obter a unanimidade desta assembleia, propondo esta bancada que o teor seja o seguinte: "O estudo preliminar elaborado pelo Ministério da Justiça prevê o encerramento do Tribunal de Comarca de Resende. Os efeitos da concretização desta medida num concelho como Resende seriam devastadores, extravasando o domínio judicial e o acesso dos Resendenses à justiça em igualdade de circunstâncias. O desenvolvimento das sedes dos concelhos do interior e a sua afirmação foi fortemente determinada pela instalação e funcionamento de diversos serviços descentralizados do Estado, num princípio de proximidade e coesão territorial que, em nenhuma circunstância, mesmo a de crise extrema que atravessamos, poderá ser desprezado. O interior tem assistido nos últimos anos, a um fenómeno de desertificação e conseqüente empobrecimento da população, resultado de políticas pouco assertivas e de modelos desadequados. Os serviços descentralizados, como o Tribunal, a Repartição de Finanças, o Centro de Saúde, em locais como Resende, cumprem mais do que a sua intrínseca função. São fatores de dinamização urbana e económica e âncoras territoriais. Somos, por isso, frontalmente contra este eventual encerramento, que constitui uma ameaça aos Resendenses num dos pilares da democracia, ou seja, no acesso à justiça. É facto que o estudo preliminar está ferido de incorreções, desde a referência ao número de processos, à propriedade do edifício, bem como a referência ao Atendimento de Julgado de Paz e a existência de bons acessos rodoviários. No Tribunal de Resende, deram entrada no ano de 2011 mais de 350 processos, acrescidos de mais de 480 processos nos serviços do Ministério Público. O edifício do Tribunal é propriedade do Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça. Não existem transportes públicos, diretos, entre Resende e os concelhos de Cinfães e Viseu, sede de Distrito. Resende é dos concelhos com piores acessibilidades do país. A deslocação para o concelho vizinho de Cinfães demora mais de 30 minutos e a deslocação para a sede de distrito demora cerca de 60 minutos em transporte próprio e, se for de transporte público, mais de 90 minutos. Resende é, infelizmente, um concelho, pobre. Reflexo disso são os cerca de 70% de



processos que beneficiam de apoio judiciário. Por tal razão, o encerramento do Tribunal de Resende seria um rude golpe no acesso á justiça dos habitantes do nosso concelho com o qual jamais poderemos concordar. Assim, propõem-se que a Câmara Delibere: 1. Manifestar total discordância pela extinção do Tribunal Judicial de Resende. 2. Transmitir esta discordância ao Governo, nomeadamente ao Senhor Primeiro Ministro e à Senhora Ministra da Justiça, ao Senhor Presidente da República e à Senhora Presidente da Assembleia da República. 3. Criar uma comissão suprapartidária, no âmbito da Assembleia Municipal, composta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, um elemento do grupo do Partido Socialista e um elemento do Partido Social Democrata para, em articulação direta com o Senhor Presidente da Câmara: a. Diligenciar junto dos líderes dos partidos com assento na Assembleia da república, do Bastonário da Ordem dos Advogados e do Sindicato dos magistrados, para explicar a gravidade do encerramento do Tribunal Judicial; b. Diligenciar junto dos municípios afetados por esta proposta para a realização de eventuais ações conjuntas na defesa da manutenção dos respetivos Tribunais."-----

Presidente da Câmara Municipal – Deu nota de um pequeno erro que consta da sua proposta, que teve como origem um dado que lhe foi incorretamente transmitido e que se reporta à percentagem de apoio judiciário que não é de 68% mas sim de cerca de um terço desse valor. Quanto à intervenção do senhor Arqº Paulo Moura, diz perceber o seu incómodo, pois todas as considerações constantes da proposta são sustentáveis e imprescindíveis para lhe dar força. Por outro lado, acha também que às vezes existem certas pessoas que necessitam de dizer certas coisas para elas próprias acreditarem nelas, como é o caso de o PSD de Resende reclamar o facto de ter sido o primeiro a insurgir-se contra esta medida de retirar o tribunal de Resende, quando na verdade no próprio dia do conhecimento da medida o próprio Presidente da Câmara, ainda a quente, foi confrontado com um telefonema da agência lusa a pedir-lhe que se pronunciasse sobre o assunto. Disse também que nestas questões políticas o senhor Deputado ao dizer que não é do PSD, é de Resende, lhe faz lembrar aquele adepto do Porto ou do Benfica que quando a coisa não corre bem ao seu clube diz que é da Académica ou do Costa da Caparica, mas o problema é que estas políticas são de facto do PSD e o senhor Deputado veste essa camisola e não outra. Se estas políticas vingarem e o tribunal sair do concelho, o PSD será responsabilizado para sempre em Resende. Disse que nunca desistirá do tribunal de Resende e que pretende garantir perante o líder do seu partido, que quando o PS regressar ao Governo, se determine o regresso do tribunal para Resende caso o PSD o retire do nosso concelho. Concluiu dizendo que sendo Presidente da Câmara se o seu partido no Governo fizesse isto a Resende demitia-se, que é exatamente aquilo que acha que deviam fazer os membros da bancada do PSD, perante a maldade que este partido pretende fazer a Resende.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que lamentava que o senhor Presidente da Câmara tenha utilizado argumentação desviante, suscetível de nos impedir que nos concentremos no problema essencial que é estarmos todos do mesmo lado, vindo aqui com considerações de militância que nada têm a ver com o problema em concreto e que a camisola que cada um veste apenas a si diz respeito, pelo que as metáforas de índole futebolística só as entende noutros registos



que não este. O senhor Presidente que terá tanta autoridade na matéria, não tem porém autoridade sobre as consequências políticas de medidas do Governo sobre uma estrutura local partidária, até porque recorda que o senhor Presidente da Câmara disse no seu primeiro ano de mandato que a EN222-2 seria uma realidade e nunca retirou do Governo que o acompanhou no exercício do seu executivo consequências políticas da não concretização desse facto, pelo que por essa mesma ordem de ideias também se deveria demitir. Concluiu dizendo que a mensagem da sua bancada é clara e que muitas das considerações mencionadas na proposta são importantes e concordam com elas em absoluto, ao contrário de outras que consideram supérfluas, de carácter partidário e que apenas serviram para retirar à sua bancada a pretensão de estar unida no combate ao mesmo problema, ou seja, a defesa da manutenção do tribunal judicial em Resende, para a qual lançarão mão de todas as medidas que possam contribuir para esse facto.-----

Foi tomado conhecimento e deliberado, por maioria (votos a favor da bancada do PS e contra da bancada do PSD), aprovar a proposta do Presidente da Câmara Municipal e igualmente por maioria (votos contra da bancada do PS e a favor da bancada do PSD), reprovar a proposta da bancada do PSD.-----

C.5. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma alteração ao artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 18h45, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU